



46ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/DF

BRASÍLIA - DF, 02 DE JULHO DE 2015

ATA

1 Início: 18h00 – 02/07/2015. Término: 21h40min. **1) PRESENCAS: 1.1) CONSELHEIROS:**
2 Durval Moniz B. de A. Júnior, Carlos Madson Reis, Osvaldo Remígio Pontalti Filho, Igor
3 Soares Campos, Tony Marcos Malheiros, Marcelo B. Villa-Verde Carvalho, Daniel Gonçalves
4 Mendes, Clécio Nonato Rezende, Eliete de Pinho Araújo, Ricardo Reis Meira. **1.2)**
5 **CONVIDADOS:** Matheus Conque S. Ferreira, presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil.
6 **1.3) FUNCIONÁRIOS DO CAU/DF:** Daniela Borges, Alessandro Viana, Luciana Vieira,
7 Ricardo Suriani, Karla Dias. **1.4) JUSTIFICATIVAS:** Aleixo Anderson de Souza Furtado,
8 Gunter Roland Kohlsdorf Spiller. **ITEM 1- Verificação do quórum** – Após a verificação do
9 *quórum* mínimo, prosseguiu-se com a execução do Hino Nacional. **ITEM 2 - Execução do Hino**
10 **Nacional. ITEM 3 – Leitura e Aprovação da Ata da 45ª Sessão Plenária** – Após algumas
11 correções, a Ata da 44ª Sessão Plenária foi aprovada por unanimidade. **ITEM 4 – Informes** –
12 **Do Presidente** – O presidente Tony Malheiros informou sua participação na posse
13 administrativa da nova diretoria do SINDUSCON, que ocorreu no dia 1º de junho. O presidente
14 participou também do Ciclo Nacional de Palestras “Cidade do Amanhã”, no auditório da pós-
15 graduação de arquitetura da Universidade de Brasília (UnB). O convite foi feito pelo professor
16 da UnB, Frederico Holanda, e contou com a presença de arquitetos de diversas localidades para
17 discutir a condição atual das cidades, a padronização da sua paisagem, a arquitetura produzida no
18 País e seu papel e efeitos sobre o uso do espaço público. Cada evento do Ciclo envolveu a
19 apresentação breve de resultados de pesquisas dos impactos da arquitetura em cidades
20 brasileiras, bem como uma mesa redonda com representantes de instituições como o CAU, IAB,
21 governo local, agências de inovação social e urbana e o público presente. O arquiteto Vinícius
22 M. Netto, da Universidade Federal Fluminense, apresentou seu trabalho de pesquisa em
23 contribuição com mais quatro arquitetos. Após a apresentação do trabalho, foi montada uma
24 mesa redonda com os participantes, aonde foi discutido o trabalho apresentado. O presidente
25 Tony Malheiros também esteve presente no evento “Diálogo Público: Acessibilidade – Caminho
26 para Inclusão”, promovido pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O objetivo foi trocar
27 informações e conhecimentos com a sociedade, o Congresso Nacional e os gestores públicos
28 sobre a promoção dos direitos da pessoa com deficiência, bem como discutir o papel do controle



46ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/DF

BRASÍLIA - DF, 02 DE JULHO DE 2015

29 externo na promoção da acessibilidade. O programa está sendo implantando nos processos
30 fiscalizatórios, e verifica as condições de acessibilidade tanto física quanto de serviços. O poder
31 público, em todas as suas instâncias, deve estar sujeito a tais condições. O evento contou com a
32 presença da deputada Mara Gabrilli, relatora da LBI na Câmara dos Deputados que discorreu a
33 respeito das inovações da nova legislação e das barreiras vivenciadas pelas pessoas com
34 deficiência quando a acessibilidade não é adequada às suas necessidades. O presidente frisou que
35 é um projeto necessário e interessante, e que trará bons resultados. No dia 02 de julho, na sede da
36 Associação Brasiliense de Construtores (Asbraco), o presidente Tony Malheiros participou do I
37 Seminário “Conservação de Obras Públicas”, uma das realizações do programa INOVA, ação
38 conjunta de profissionais da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), da
39 Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) e do Departamento de Estradas de Rodagem do
40 Distrito Federal (DER), cuja missão é a melhoria continuada da qualidade das obras públicas do
41 Distrito Federal. O presidente Tony Malheiros afirmou que o Seminário foi instrutivo e trouxe
42 várias informações novas, demonstrando que as entidades estão seguindo um caminho correto
43 para concretização das boas práticas de obras públicas. A Asbraco distribuiu, durante a reunião,
44 um livro atualizado com as normas de desempenho. O CAU/DF recebeu o Plano Diretor
45 Estratégico do Município de São Paulo da Secretaria de Gestão Urbana de São Paulo. Trata-se de
46 um plano comentado e o presidente achou a ideia inovadora. A conselheira Elza Kunze Bastos
47 renunciou ao cargo de conselheira titular, e a conselheira suplente Eliete de Pinho Araújo
48 assumiu seu lugar como titular. O presidente Tony Malheiros agradeceu a presença de Eliete de
49 Pinho, do conselheiro Igor Campos e do conselheiro suplente Clécio Nonato, que substituiu o
50 conselheiro Rogério Markiewicz, que estava no encontro regional das comissões de ética em
51 Goiânia. – **Dos Conselheiros** – O conselheiro Daniel Mendes relatou que a Secretaria de Macro
52 Avaliação do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF – avaliou tanto a destinação de
53 recursos para obras em andamento quanto os procedimentos afetos às atividades de manutenção
54 dos bens públicos. Na avaliação, é mencionado o Artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal
55 (Lei Complementar nº 101/2000), o qual atesta que “(...) A lei orçamentária e as de créditos
56 adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e
57 contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos em que dispuser a
58 lei de diretrizes orçamentárias”. O conselheiro explicou que o artigo estabelece restrições para a



46ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/DF

BRASÍLIA - DF, 02 DE JULHO DE 2015

59 inclusão de novos projetos nas leis orçamentárias, dentre elas o atendimento adequado dos
60 projetos em andamento e o atendimento às despesas de conservação do patrimônio público. O
61 objetivo é evitar a criação de grandes obras ao final dos mandatos políticos, acarretando heranças
62 negativas para os sucessores, bem como a paralisação de projetos iniciados na gestão anterior
63 para inclusão de projetos novos. O conselheiro Daniel Mendes observou que o TCDF fez um
64 bom levantamento, criando um relatório fotográfico que será disponibilizado aos outros
65 conselheiros posteriormente. A auditoria do órgão visitou as seguintes edificações públicas em
66 Brasília: Centro de Convenções, Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, Teatro
67 Nacional, Museu Nacional, Conjunto Aquático e Ginásio Cláudio Coutinho, Rodoviária, Ponte
68 do Bragueto, Ponte das Garças, Ponte Presidente Costa e Silva, Viaduto da via N2 – ao lado do
69 Conjunto Nacional – e Viadutos do Eixo L – entre as quadras 215/216 e 203/204 sul. A auditoria
70 do TCDF fez a seguinte recomendação à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e
71 Gestão (SEPLAN/DF): “Determinar ao Secretário de Estado Chefe da Casa Civil da
72 Governadoria do Distrito Federal que apresente a este Tribunal, no prazo de 90 dias, um plano de
73 implementação das determinações e recomendações assim indicadas, ou de outras ações que
74 entender necessárias para a resolução dos problemas apontados no relatório”. O conselheiro
75 comunicou que o relatório foi enviado à Câmara Legislativa do Distrito Federal, e que seria
76 interessante que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tomasse
77 conhecimento da situação. O conselheiro disse que tentou entrar em contato com o TCDF sem
78 sucesso, e que encaminhará o site do órgão aos conselheiros para que avaliem e cobrem uma
79 ação do Tribunal com relação aos resultados da situação em questão. O conselheiro Daniel
80 Mendes também noticiou que participou, juntamente com os funcionários do CAU/DF (Daniela
81 Borges, Karla Alves e Anderson Viana), da reunião da Comissão de Atos Administrativos
82 (COA) do CAU/BR. Foi discutida a participação dos CAU/UF em relação ao CAU/BR,
83 reivindicando-se sua maior autonomia. O conselheiro Marcelo Baiocchi parabenizou a
84 conselheira Eliete Araújo pela titularidade como conselheira, e disse que será um ganho para o
85 CAU/DF. Relatou também sua participação como representante do CAU/DF na Comissão
86 Permanente de Monitoramento do Código de Edificações do Distrito Federal– CPCOE. Estão
87 sendo realizadas reuniões extraordinárias semanalmente a fim de discutir o texto do Código e
88 sugerir modificações nele. No dia 14 de julho, ocorrerá uma consulta pública com o objetivo de



46ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/DF

BRASÍLIA - DF, 02 DE JULHO DE 2015

89 agilizar os trâmites para aprovação do Código, que, em seguida, será encaminhado à Câmara dos
90 Deputados para análise. O conselheiro Marcelo Baiocchi relatou que participou de um evento na
91 Universidade de Brasília que discutiu o Código de Obras. Durante a palestra, a professora
92 Cláudia Amorin destacou alguns artigos dentro do Código de Obras dos quais ela não
93 concordava, questionando-os. O conselheiro Marcelo Baiocchi disse que esse trabalho de
94 questionamento é importante e deve ser feito pelos arquitetos. Os princípios programáticos do
95 código devem ser discutidos, e as decisões tomadas com cautela. Existe um problema cultural no
96 Brasil de atraso na conservação e manutenção de edifícios, que geralmente é feita pela área de
97 engenharia. O princípio da manutenção é essencial para uma renovação da cultura e do exercício
98 profissional. O conselheiro Carlos Madson destacou o projeto de reforma da Rodoviária do
99 Plano Piloto, que já foi licitado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil –
100 Novacap – e está em análise no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).
101 O conselheiro destacou que a reforma é complexa e deve ser discutida, e que vai além da simples
102 reforma de um prédio. O IPHAN fez uma reunião ampliada com várias secretarias do Governo
103 do Distrito Federal a fim de discutir o projeto. A Rodoviária possui um aspecto histórico notável
104 e uma função importante no traçado urbano da cidade, recebendo mais de 700.000 pessoas por
105 dia (de acordo com o DFTrans). O conselheiro Carlos Madson também relatou a existência de
106 um programa de drenagem para a área urbana tombada, criado pelo Governo do Distrito Federal.
107 O conselheiro explicou que o programa é complexo e traz uma intervenção intensa no espaço
108 urbano; estão sendo consultados especialistas na área, a fim de discutir a situação a fundo, já que
109 existem alternativas que demandam menor intervenção na cidade. Uma matéria veiculada no
110 Correio Braziliense tratou de um projeto arquivado em 2011, que prevê a instalação de barreiras
111 no Eixão. O Departamento de Estradas de Rodagem (DER) resgatou um documento no qual é
112 sugerido um modelo de segregação com barreiras do tipo New Jersey ao longo da via e, entre
113 elas, um canteiro verde. A atual gestão do IPHAN-DF discorda da instalação. O conselheiro
114 Carlos Madson também é contra a instalação, e frisou que a situação é complexa e que um
115 simples muro não irá resolver os problemas, mas sim agravá-los. O presidente Tony Malheiros
116 sugeriu que seja feito um documento oficial endereçado ao Governador de Brasília expressando
117 a preocupação do CAU/DF em relação a como os assuntos citados pelo conselheiro Carlos
118 Madson estão sendo tratados. O conselheiro Marcelo Baiocchi apontou que a antiga



46ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/DF

BRASÍLIA - DF, 02 DE JULHO DE 2015

119 Rodoferroviária está sendo objeto de um projeto de investimento do Governo Federal, com uma
120 ação local da Agência de Fiscalização para desalojar moradores de rua e diminuir as invasões. O
121 conselheiro informou também que seria importante realizar um estudo global a fim de estudar a
122 integração dos modais de transporte com o sistema ferroviário do transporte urbano em Brasília.

123 - **Das Comissões** – O presidente Tony Malheiros informou que o conselheiro Rogério
124 Markiewicz está representando a Comissão de Ética do CAU/DF na Reunião Nacional das
125 Comissões de Ética em Goiânia, Goiás. - **Da Diretoria-Geral** – A diretora-geral informou sua
126 participação na reunião da COA, que tratou principalmente da padronização dos documentos
127 administrativos: a padronização foi anunciada, mas ainda não foi definida a forma como
128 ocorrerá. A diretora Daniela Borges comunicou, durante a reunião, que os relatórios do
129 planejamento estratégico emitidos através do SICCAU ainda não são confiáveis; os
130 representantes do CAU/BR alegaram que não discutiriam o SICCAU durante a reunião, mas que
131 encaminharão a demanda para o CSC. O CAU/BR repassou as diretrizes para a reformulação
132 orçamentária de 2015. A diretora Daniela Borges afirmou que os documentos estão sendo
133 analisados, e que marcará uma reunião com os conselheiros para discuti-los. No CAU/DF, houve
134 um acréscimo de 12% na receita total, sendo que a receita proveniente de RRTs aumentou 4% e
135 a de anuidade de pessoa física aumentou 104%. Foram alugadas duas salas que serão mobiliadas;
136 o CAU/DF também organizou a reunião do Fórum de Presidentes e investiu em treinamentos
137 com colaboradores. A diretoria geral cumpriu 50% do que foi estabelecido no plano de ação para
138 o setor, ou seja, a meta estabelecida foi efetivada. Ocorreu uma ação junto ao sistema de
139 patrimônio e almoxarifado. A gestão de processos administrativos já está registrada no SICCAU,
140 e todos os expedientes do CAU/DF devem ser padronizados eletronicamente, a exemplo dos
141 contratos que já foram aprovados pela procuradoria jurídica. A gerente da área técnica, Luciana
142 Vieira, informou os números dos serviços prestados pela área técnica e pelo atendimento nos
143 meses de janeiro a junho de 2015. Os dados não correspondem a todos os serviços que o
144 CAU/DF presta aos profissionais e empresas, e sim ao número de serviços processados na
145 autarquia. Um serviço como análise de RRT derivado demanda análise de documentação por
146 parte dos funcionários, e só é finalizado após a análise completa. Os dados em vermelho são
147 levantados através do SICCAU, e os dados em azul manualmente. Na medida em que as ações
148 previstas no planejamento estratégico forem efetivadas, a expectativa é que os números caiam.



46ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/DF

BRASÍLIA - DF, 02 DE JULHO DE 2015

149 Os dados levantados pela área demonstram que os profissionais precisam ser mais informados e
150 treinados, já que ainda possuem muitas dúvidas. A proposta é que o Centro de Serviços
151 Compartilhados (CSC) do CAU/BR assumira a demanda de atendimento telefônico e pessoal,
152 retirando-a do CAU/DF.

ATIVIDADE	QUANTITATIVO SEMESTRAL
RRT Extemporâneo com Trâmite Completo	95
RRT Extemporâneo com Trâmite Completo e Finalizado	53
RRT Extemporâneo com Trâmite Pendente	15
RRT de Cargo ou Função com Trâmite Completo	33
RRT de Cargo ou Função com Trâmite Pendente	25
RRT Derivado com Trâmite Completo	26
RRT Derivado com Trâmite Pendente	54
Baixa de RRT	2.356
Cancelamento de RRT - Atendidos (Trâmite Completo)	38
Cancelamento de RRT - Diligenciados (Trâmite Pendente)	26
RRT de atividades desenvolvidas no exterior - diligenciados/arquivados	10
Segunda via de carteiras emitidas	16
Segunda via de carteira - pedidos arquivados	37
Entrega de carteira profissional	127
Atendimento Pessoal	687
Atendimento Telefônico	3.357
Arquivamento	1.003
Consultas Técnicas respondidas por e-mail	1.000
Biometria	199
Deliberações	8
Despachos	11
Relatos Técnicos	5
Atas	08
Interrupção de Registro de PF finalizados	33
Interrupção de Registro de PF arquivados/ indeferidos	33
Interrupção de Registro de PJ finalizados	1
Reativação de Registro de PF deferidos	09
Reativação de Registro de PF indeferidos	16
Reativação de Registro de PJ deferidos	1
Reativação de Registro de PJ indeferidos	0
Registro PJ deferidos	50
Registro PJ diligenciados/indeferidos	11
Registro PF deferidos	188
Registro PF diligenciados/indeferidos	2



46ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/DF

BRASÍLIA - DF, 02 DE JULHO DE 2015

Registro de profissional formado no exterior deferido	0
Registro de profissional formado no exterior diligenciados/indeferidos	3
Alteração Cadastral – Pessoa Física	376
Alteração Cadastral – Pessoa Jurídica	14
Senhas online/Atualizações	164
Certidão de Acervo Técnico com Atestado com Trâmite Completo	64
Certidão de Acervo Técnico com Atestado com Trâmite Pendente	97
Certidões Específicas	25
Requerimento de Registro de Direito Autoral - RDA - processos diligenciados/arquivados	05
Requerimento de Registro de Direito Autoral - RDA - processos em análise	01

153
154 Os gráficos apresentados pela gerente demonstram os meses de maior demanda para cada
155 atividade: para RRTs, fevereiro e março; para carteiras e atendimento ao público, fevereiro e
156 junho; para pessoa física e jurídica, janeiro e março; e para acervo técnico, abril e junho. A
157 estatística será apresentada semestralmente e disponibilizada no site do CAU/DF, assim o
158 comparativo dos meses será mais eficiente. A assessora Karla Alves relatou as atividades da
159 assessoria jurídica para o semestre: 14 relatos técnicos; 15 relatos/votos; 7 atas de reuniões; 25
160 deliberações; 51 ofícios; 14 pautas/listas de presença; 5 termos de depoimento; 4 extratos de
161 publicação; 12 documentos diversos. Existem 30 processos em andamento na Comissão de Ética,
162 que já foram distribuídos e estão em análise. Existem quatro processos éticos que já foram
163 julgados e têm posição. O CAU/BR criou o módulo de ética no SICCAU, que será alimentado
164 com os processos éticos dos profissionais até o final de julho. O relatório da assessoria jurídica
165 para a parte administrativa foi o seguinte: foram finalizados 17 pareceres jurídicos, 6 ofícios, 1
166 impugnação, e foram ministradas duas aulas na Universidade de Brasília com assuntos referentes
167 à direito autoral, contratos e códigos de ética. Os documentos diversos somaram 62. A gerente
168 Luciana Vieira acrescentou que os dados apresentados são referentes a serviços realizados por
169 uma equipe de cinco pessoas, e que foi elaborado um folder dirigido aos profissionais com
170 perguntas e respostas frequentes sobre RRT. O agente de fiscalização Ricardo Suriani relatou os
171 dados da área para o semestre: foram protocoladas 47 denúncias no SICCAU; emissão de 166
172 relatórios de fiscalização, que somam denúncias protocoladas no sistema, presencialmente, por



46ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/DF

BRASÍLIA - DF, 02 DE JULHO DE 2015

173 telefone ou e-mail; 42 denúncias dos relatórios transformaram-se em notificações. O número
174 reflete uma postura do departamento no sentido de tentar regularizar a situação antes que as
175 denúncias sejam convertidas em notificações, já que a partir do momento em que viram
176 notificações, as denúncias acabam gerando um custo maior para a área. Das 42 notificações, 13
177 tornaram-se auto de infrações, ou seja, não foram regularizadas no momento adequado da
178 notificação e viraram autuações. Ricardo Suriani explicou que os funcionários da área têm
179 percebido que antes de as denúncias virarem notificações, o índice de regularização é maior; a
180 partir do momento em que viram notificações, a tendência é que as denúncias gerem autos de
181 infração também. A fiscalização também tem enviado ofícios a escolas imobiliárias e
182 administrações de condomínios, com o objetivo de explicar sobre a importância da elaboração de
183 RRTs. Foram enviados diversos ofícios para alguns ministérios, a fim de explicar sobre o salário
184 mínimo profissional. Existe uma nova ação da fiscalização junto aos síndicos, com o objetivo de
185 fazer com que eles também se comprometam a ajudar a área, já que são interessados diretamente
186 no registro de RRTs (caso não haja o registro, os síndicos podem ser responsabilizados civil e
187 criminalmente por sua falta). A ideia é que sejam escolhidos alguns condomínios no Plano
188 Piloto, em Águas Claras, no Noroeste e no Sudoeste, enviando um ofício de apresentação do
189 CAU/DF a eles, juntamente com fichas para o preenchimento de informações importantes, como
190 o número de registro, endereço da obra e nome do proprietário. Ao final de dois ou três meses, os
191 agentes de fiscalização retornariam aos condomínios para recolher as informações. Os
192 funcionários da área também elaboraram um guia de reformas para informar aos inquilinos e
193 proprietários sobre a importância do registro de RRTs e da contratação de arquitetos. O
194 conselheiro Daniel Mendes perguntou quando foram encaminhados os ofícios sobre salário
195 mínimo profissional aos ministérios, e se houve retorno. O agente Ricardo Suriani respondeu que
196 no mês de junho, e que houve retorno de alguns ministérios. O conselheiro Daniel Mendes
197 ressaltou que já havia colocado em discussão a questão do salário mínimo profissional há quatro
198 meses, e que o conselheiro Alberto de Faria havia sido solicitado a elaboração de um plano de
199 ação a fim de dar andamento ao assunto nas administrações regionais. O conselheiro Daniel
200 Mendes também informou que o salário mínimo profissional para 40 horas semanais trabalhadas
201 equivale à 8,5 vezes o salário mínimo vigente no País; e que o salário mínimo profissional para
202 30 horas semanais trabalhadas equivale à 6,5 vezes o salário mínimo vigente no País. A gerente



46ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/DF

BRASÍLIA - DF, 02 DE JULHO DE 2015

203 Daniela Borges explicou que será encaminhado em julho um ofício para as administrações e para
204 os órgãos do GDF com os esclarecimentos solicitados, e que já foi encaminhada a relação dos
205 cargos para os quais se exige diploma em arquitetura. O conselheiro Carlos Madson parabenizou
206 os funcionários do CAU/DF pelas apresentações, sobretudo os funcionários da área de
207 fiscalização. Existe uma proposta para iniciar um programa de fiscalização sobre os pilotis das
208 edificações, que estão se transformando de maneira muito rápida. O conselheiro Carlos Madson
209 sugeriu que seja feita uma ação conjunta e contínua entre o Instituto do Patrimônio Histórico
210 Artístico Nacional (IPHAN), a Agência de Fiscalização do Distrito Federal (Agefis) e o
211 Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). A diretora Daniela Borges informou que
212 acontecerá uma reunião com o SindiCondomínio para solicitar a colaboração dos síndicos.
213 Também será realizado um seminário que lançará a cartilha “Guia de Reformas: orientações para
214 inquilinos, usuários e proprietários de imóveis”. Com o relatório emitido pela área de
215 fiscalização, será possível identificar os profissionais que realizam trabalhos nos condomínios,
216 podendo direcionar a atuação sobre eles. Serão contratados dois estagiários para a área de
217 fiscalização; eles ajudarão com as ações nos condomínios, conversando com os síndicos e
218 transformando-os também em fiscais para o CAU/DF. A diretora Daniela Borges apontou que, a
219 partir do momento em que os síndicos ajudam o CAU/DF, o retorno de registro de RRT é maior.
220 A cartilha do Guia de Reformas possui o selo da Associação Brasileira de Normas Técnicas
221 (ABNT), o que garante maior credibilidade e força. O conselheiro Igor Campos parabenizou os
222 funcionários do CAU/DF, em especial a área de fiscalização, pelo trabalho desempenhado, e
223 alegou que as ações gerarão efeitos positivos. O conselheiro Daniel Mendes comunicou que, em
224 relação à fiscalização do salário mínimo profissional, a primeira ação é somente enviar uma carta
225 para as administrações regionais. **ITEM 5 – Seminário de Licenciamento de obras** – O
226 presidente Tony Malheiros explicou que o conselheiro Alberto de Faria não pôde comparecer à
227 Reunião Plenária, pois esteve participando de uma banca de monografia na Universidade de
228 Brasília. Por ser o responsável pelo assunto, a decisão foi discutir o item na próxima Reunião
229 Plenária. **ITEM 6 - Relato de processos – Processo nº 805704/2013 - Conselheiro Relator** –
230 Osvaldo Pontalti. **Interessado:** Roberto Luis Torres Aquino. **Assunto:** Recurso ao Plenário. A
231 Comissão de Ética decidiu por não acatar a solicitação do interessado, e mantém-se a decisão
232 denegatória. O interessado retornou com outros documentos que não alteraram a decisão da



46ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/DF

BRASÍLIA - DF, 02 DE JULHO DE 2015

233 Comissão. **Relatório:** Trata-se de recurso apresentado ao plenário do Conselho de Arquitetura e
234 Urbanismo do Distrito Federal – CAU/DF – pelo arquiteto e urbanista Roberto Luis Torres
235 Aquino contra decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/DF datada de 03 de março de
236 2015. A denúncia primeira argumenta que o Condomínio do Edifício Olympia Residence
237 realizara obra irregular. Verifica-se a existência de RRT (nº 1437288) em nome da arquiteta e
238 urbanista Taíssa Klein Levy. A comissão analisou que, em face dos documentos apresentados,
239 no que se refere ao mérito da denúncia no âmbito do Conselho, não foram verificados atos ou
240 ações que desabonem ou comprometam o comportamento do denunciado. VOTO inicial: pelo
241 arquivamento do processo, por entender que não houve falta ética por parte dos denunciados.
242 Inconformado com a decisão, o requerente apresentou em grau de recurso ao plenário a sua
243 solicitação, anexando Ata de reunião de condomínio, fotos, requerimento apresentado ao GDF e
244 a cópia do processo nº 0141.001285/2004. **Deliberação da Comissão de Ética** - Da verificação
245 dos documentos apresentados pelo interessado, verifica-se que inexistente fato novo em referência
246 aos anteriormente apresentados que comprovem o desvio de conduta da profissional. A
247 profissional atendeu com seus préstimos as solicitações do condomínio, como se verifica na
248 constante participação nos documentos de exigências por parte da administração do GDF,
249 atendendo-as. Considerando que compete ao CAU/DF fiscalizar o exercício e a conduta ética dos
250 arquitetos e urbanistas; considerando que o § 1º, Art.24, da Lei 12.378/2010 dispõe que o
251 CAU/BR e os CAU/UFs têm como função orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da
252 profissão de arquiteto e urbanista, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina
253 da classe em todo território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da
254 arquitetura e urbanismo; considerando as argumentações apresentadas em grau de recurso a este
255 Plenário, bem como os documentos anexados (ata de reunião de condomínio, fotos, requerimento
256 ao GDF, cópia de processo); considerando que a profissional atendeu com seus préstimos à
257 solicitação do condomínio, como se verifica na constante participação nos documentos de
258 exigências por parte da administração do GDF, atendendo-as; considerando, ainda, que da
259 análise dos documentos anexados pelo interessado verifica-se que inexistente fato novo em
260 referência aos anteriormente apresentados que comprovem o desvio de conduta da profissional;
261 **VOTO:** Pela improcedência do recurso apresentado contra a decisão da Comissão de Ética e
262 Disciplina do CAU/DF, e pela manutenção da decisão da CED do CAU/DF e consequente



46ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/DF

BRASÍLIA - DF, 02 DE JULHO DE 2015

263 arquivamento do processo. **Deliberação do Plenário do CAU/DF** – Aprovado por unanimidade
264 o voto da Comissão de Ética do CAU/DF. **ITEM 7 – Discussão do 4º Encontro do CAU/DF** –
265 A diretora Daniela Borges informou que o presidente da POUPEX autorizou a realização do 4º
266 Encontro do CAU/DF no Auditório da POUPEX, sem ônus. O conselheiro Ricardo Meira
267 informou que o arquiteto britânico Norman Foster será o arquiteto principal do encontro, e que a
268 embaixada do Reino Unido sugeriu que o CAU/DF aguardasse o contato da Royal Institute of
269 British Architects (RIBA) para confirmar a presença do arquiteto. A Comissão de Eventos está
270 coletando os orçamentos referentes às empresas organizadoras do evento. Foi feito um trabalho
271 de definição de um escopo mais detalhado, que será encaminhado às empresas. Maiores
272 informações e a confirmação do arquiteto Norman Foster serão divulgadas na próxima reunião
273 plenária. A diretora Daniela Borges comunicou que o Encontro será realizado em novembro, mas
274 ainda não foram definidos os dias, que dependem da disponibilidade do arquiteto Norman Foster.
275 A ideia é dividir o Encontro em dois dias, já que no 3º Encontro houve críticas em relação à
276 abertura do evento, que demorou muito. Em um dia será realizada a palestra, e no outro a
277 abertura e homenagens. A diretora sugeriu que seja colocada na pauta da próxima reunião
278 plenária a discussão do encontro, a fim de definir os homenageados e os critérios para sua
279 escolha. **ITEM 8 – Assuntos Gerais** – A conselheira Eliete de Pinho agradeceu a todos e
280 parabenizou o CAU/DF pela elaboração dos folders (Guia de Reformas e Esclarecimentos sobre
281 RRTs), e informou que os repassou aos coordenadores do curso de arquitetura e urbanismo (José
282 Galbinski) e design de interiores (Leonardo Oliveira) do Centro Universitário de Brasília –
283 UNICEUB. A conselheira também informou ao coordenador do curso de arquitetura a
284 importância do registro do curso e dos professores no CAU/DF, e comunicou que a Faculdade
285 Integradas da União Educacional do Planalto Central (FACIPLAC) já havia regularizado a
286 situação do curso perante o órgão. A conselheira Eliete de Pinho comunicou que o UNICEUB
287 está com o edital aberto, até o dia 15 de julho, para contratação de novos professores doutores
288 que possuam produção acadêmica. A conselheira agradeceu a divulgação da notícia no site do
289 CAU/DF, e solicitou ao IAB e ao Sinarq-DF que também publiquem a informação. A
290 conselheira questionou a respeito da existência de um conselheiro suplente para substituí-la, já
291 que estará fora do País para realização de pós-doutorado. A advogada Karla Alves explicou que
292 o Regimento Interno do CAU/DF esclarece apenas que no caso de afastamento do conselheiro



46ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/DF

BRASÍLIA - DF, 02 DE JULHO DE 2015

293 titular por renúncia ou outros motivos, o conselheiro suplente assumirá o seu lugar. Em consulta
294 ao CAU/BR durante a reunião da COA, foi esclarecido verbalmente que deveria haver uma nova
295 eleição somente caso houvesse a vacância do cargo, que ocorreria somente se o conselheiro
296 suplente também renunciasse, e se o prosseguimento das reuniões fosse prejudicado devido à
297 falta de quórum. Tendo em vista os argumentos apresentados, a advogada esclareceu que a
298 conselheira Eliete de Pinho não terá um conselheiro suplente. A gerente geral Daniela Borges
299 relatou que, antes de todas as reuniões plenárias, entra-se em contato com os conselheiros para
300 confirmar sua presença. Caso algum conselheiro tenha confirmado presença e não compareça à
301 reunião, solicita-se a justificativa. São anexadas à lista de presença da plenária todas as
302 justificativas, conforme estabelecido pelo Regimento Interno do CAU/DF. O presidente Tony
303 Malheiros explicou que os folders mencionados pela conselheira Eliete de Pinho foram
304 distribuídos nas reuniões das comissões do dia 30 de junho. O conselheiro Ricardo Meira
305 agradeceu as manifestações favoráveis dos conselheiros na última reunião plenária com relação à
306 carta elaborada pelo Sinarq-DF, a qual solicitava sua substituição no Sindicato e no Plenário do
307 CAU/DF. O conselheiro informou somente ter conhecimento da discussão sobre o desligamento
308 de alguns diretores através da pauta de uma reunião do Sindicato, mas não saber diretamente da
309 solicitação de sua substituição. Após a realização da reunião, o conselheiro leu a ata e tomou
310 conhecimento do teor do assunto e da efetiva solicitação de sua substituição. O conselheiro
311 relatou ainda que faltou a algumas reuniões do Sindicato, devido ao horário incompatível com
312 suas atividades, e acreditava que seria desligado do Sindicato como consequência. A diretora do
313 Sinarq, Elza Kunze, solicitou a substituição do conselheiro Ricardo Meira no Sindicato e no
314 Plenário do CAU/DF, supondo equivocadamente que a entidade teria uma vaga reservada no
315 Plenário, o que foi esclarecido pela assessoria jurídica do CAU/DF como sendo um erro, já que
316 nenhuma entidade possui vaga reservada no Plenário do Conselho. O conselheiro Ricardo Meira
317 informou que posteriormente foi realizada uma reunião no Sinarq oficializando a sua retirada e a
318 saída de outro membro da diretoria do Sindicato, e que solicitou a Ata da reunião, da qual foram
319 citados os seguintes trechos: “Temos, ainda, o problema político da substituição pretendida pelo
320 Sinarq-DF para vaga do conselheiro arquiteto Ricardo Reis Meira, que foi destituído como
321 diretor do Sinarq conforme decisões anteriores (...) Visto que, conforme acordo pré-eleitoral,
322 estando ele ocupando uma vaga do Sinarq como resultado da recondução de conselheiros



46ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/DF

BRASÍLIA - DF, 02 DE JULHO DE 2015

323 anteriores em troca do apoio do Sinarq à reeleição de Haroldo Pinheiro como conselheiro
324 federal, o Sinarq pretende indicar um novo diretor do sindicato para ocupar essa vaga, para a
325 qual o Sr. Ricardo nega-se a renunciar, gerando grande desconforto ao Sinarq e ao CAU/DF.
326 Caso tal situação perdure, os membros do Sinarq poderão não participar das reuniões plenárias
327 do CAU/DF até que uma solução política seja destacada para o caso, conforme aprovação de
328 todos os presentes à 9ª reunião do Sinarq. Essa reunião teve uma convocação específica à todos
329 os conselheiros representantes no CAU/DF. Todavia, esta estratégia será uma postura extrema
330 após esgotarem-se os diálogos. Observando-se que todo este mal estar foi causado pelo Sr.
331 Arquiteto Ricardo Reis Meira, que, das nove reuniões da diretoria e outras atividades, nunca
332 prestou qualquer uma delas, e nem sequer justificou sua ausência, dizendo-se no direito de sua
333 vaga garantida pelo CAU/DF. O arquiteto Ricardo Reis Meira ainda possui um processo
334 transitado em julgado na Comissão de Ética e Disciplina do CAU/DF. Este fato já o
335 desqualificaria, nos termos do Art. 4º, §A, tendo em vista que o arquiteto desrespeitou a
336 observância das leis e princípios de moral e de compreensão dos deveres cívicos.” O conselheiro
337 Ricardo Meira solicitou formalmente à Secretaria do Sinarq que o trecho sublinhado seja retirado
338 da ata da reunião, já que se sentiu, conforme suas palavras, “pessoalmente e profissionalmente
339 ofendido não no papel de cidadão, mas como conselheiro do CAU, já que a minha conduta ética
340 e moral foi questionada em função de um processo transitado em julgado, o qual foi arquivado, e
341 não resultou em condenação.” O conselheiro Ricardo Meira decidiu não abrir um processo ético,
342 já que a atitude foi tomada em conjunto pelo Sinarq e não por uma pessoa especificamente. O
343 conselheiro solicitou ao Plenário um posicionamento oficial do CAU/DF em relação às
344 argumentações apresentadas pelo Sindicato, já que questionam a conduta ética de um conselheiro
345 com base em um processo ético arquivado. O presidente Tony Malheiros esclareceu que já foi
346 encaminhado um ofício ao Sindicato com as devidas explicações e o entendimento do CAU/DF a
347 respeito do assunto. Caso o conselheiro Ricardo Meira queira, a cópia do ofício poderá ser
348 encaminhada a ele para conhecimento. O conselheiro Ricardo Meira explicou que mesmo que o
349 ofício trate da impossibilidade jurídica de pleito da sua vaga, ele deveria trazer um
350 posicionamento oficial do CAU/DF com relação à menção à sua conduta ética pelo Sinarq, já
351 que a sua conduta ética foi questionada. O presidente Tony Malheiros explicou que não foi
352 mencionada a conduta ética do conselheiro Ricardo no ofício enviado ao Sindicato. A assessora



46ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/DF

BRASÍLIA - DF, 02 DE JULHO DE 2015

353 jurídica Karla Alves aconselhou o conselheiro Ricardo Meira a esperar a resposta do Sindicato
354 quanto ao pedido para retirar o trecho desejado da ata, por que caso haja uma retratação, o
355 CAU/DF não se manifestaria. Caso o conselheiro Ricardo Meira continue não aceitando a
356 situação, então ele poderia ajuizar formalmente um pedido no CAU/DF, que seria analisado
357 detalhadamente. O conselheiro Igor Campos esclareceu que, caso o Sindicato faça menção ao
358 conselheiro Ricardo Meira na condição de conselheiro do CAU/DF, caberá uma manifestação do
359 Conselho; mas, caso o documento refira-se apenas ao arquiteto Ricardo Meira na condição de
360 profissional, e não de conselheiro, então o CAU/DF não deverá entrar no mérito do assunto. O
361 conselheiro Carlos Madson entende que, como a conduta ética do conselheiro Ricardo Meira foi
362 questionada, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal também foi
363 questionado. O fato de um processo ético arquivado ter se tornado público é preocupante, já que
364 a Comissão de Ética sempre zela pelo sigilo dos processos. A gerente Luciana Vieira reafirmou a
365 seriedade da situação e observou que um processo arquivado isenta o profissional de qualquer
366 culpa; fomentar o acontecimento em um ambiente inadequado e externo ao do processo sigiloso
367 é constrangedor e grave. O Conselho deveria explicar ao Sindicato que um processo ético
368 arquivado contra qualquer tipo de profissional, não somente conselheiros, não resulta em
369 punição e não possui resultados práticos para a vida pessoal do arquiteto. A assessora jurídica
370 Karla Alves explicou que, pelo texto da ata lido pelo conselheiro Ricardo Meira, entende-se que
371 somente a abertura do processo ético contra o conselheiro já faz com que ele seja “imoral”, o que
372 não é o caso. O CAU/BR está discutindo a criação de um documento padronizado para
373 desagravo, que ainda não existe, mas que poderia ser aplicado nesta situação. O conselheiro
374 Marcelo Baiocchi afirmou que o conselheiro Ricardo Meira manifesta-se de forma tranquila
375 quanto à situação que é grave, mas que, mesmo com sua postura calma, o CAU/DF deveria
376 emitir uma opinião com relação ao tema. O presidente Tony Malheiros propôs encaminhar um
377 ofício ao Sindicato esclarecendo os fatos e solicitando uma retratação. A gerente Daniela Borges
378 observou que o Plenário tomou conhecimento da situação através do relato do conselheiro
379 Ricardo Meira no dia 02/07/2015, então o CAU/DF deverá encaminhar um ofício ao Sindicato
380 solicitando sua manifestação com relação à informação de que o conselheiro Ricardo Meira
381 possua um processo ético que desqualifique sua postura ética. Também deverá ser informado ao
382 Sindicato que não consta nos arquivos do CAU/DF nenhum processo que desmereça o



46ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/DF

BRASÍLIA - DF, 02 DE JULHO DE 2015

383 conselheiro no quesito ético. A gerente Daniela Borges disse que não é possível refazer a ata da
384 reunião ou pedir para o Sindicato que a corrija, já que é um documento público e que já está
385 distribuído. Com base na manifestação do Sindicato, o Plenário tomará uma decisão. O
386 conselheiro Igor Campos entende que o CAU/DF não deve esperar o Sindicato manifestar-se, e
387 que a entidade já emitiu sua opinião na ata de maneira equivocada. No momento em que o
388 Sinarq cita o conselheiro Ricardo Meira, já cabe ao CAU/DF opinar com relação ao conteúdo da
389 ata. Primeiramente, explicando que a vaga não pertence ao Sindicato, e deve ser conquistada por
390 meio de eleição, fato que já foi esclarecido pela assessoria jurídica do CAU. Depois, informar ao
391 Sindicato que não existe nenhum tipo de processo no que diz respeito à conduta ética do
392 conselheiro, e solicitar que essa informação seja retirada da ata da reunião, e que também seja
393 feita uma retratação pública, a fim de que não haja comprometimento da lisura do conselheiro
394 Ricardo Meira. O conselheiro Ricardo Meira entende que a retratação deverá ser proporcional à
395 publicidade da ata, e a assessora Karla Alves confirmou que a retratação deve ser proporcional
396 ao agravo. A assessora Karla Alves explicou também que o processo ético do conselheiro
397 Ricardo Meira foi votado e a deliberação em Plenária foi pelo seu arquivamento. O processo não
398 transitou em julgado por que o Aviso de Recebimento (AR) ainda não foi juntado ao processo;
399 depois que o AR chegar ao CAU/DF, caso a parte interessada queira entrar com recurso, o
400 processo ainda estará em aberto. A assessora jurídica informou que não pode comunicar ao
401 Sinarq que não existe processo ético no nome do conselheiro Ricardo Meira, ou que este
402 processo transitou em julgado, por que não é o caso. Entretanto, o fato de existir um processo
403 arquivado no nome do conselheiro não denigre a sua imagem, já que ele somente encontra-se em
404 aberto por trâmites jurídicos, caso as partes queiram solicitar o pedido de recurso. Após o prazo
405 legalmente necessário para a solicitação do recurso, o processo será definitivamente arquivado.
406 As reuniões da Comissão de Ética agora acontecem separadamente das outras comissões, para
407 evitar problemas relativos ao sigilo dos processos. O presidente Tony Malheiros resumiu o
408 encaminhamento: será solicitada a manifestação do Sindicato de Arquitetos no sentido de
409 esclarecer ao Conselho de que forma ou maneira o processo ético relativo ao conselheiro Ricardo
410 Meira consta na ata do Sindicato, posto que se trata de um processo interno ao Conselho. O
411 conselheiro Igor Campos disse que seria mais adequado informar ao Sindicato que as
412 informações contidas na ata a respeito do conselheiro Ricardo Meira são equivocadas, e solicitar



46ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/DF

BRASÍLIA - DF, 02 DE JULHO DE 2015

413 que ela seja refeita. O encaminhamento do conselheiro Igor Campos foi aprovado pelos
414 conselheiros, com um voto contrário e uma abstenção. O presidente do IAB, Matheus Conque,
415 informou que Brasília sediará o Congresso Brasileiro de Arquitetos em 2017. O evento ocorrerá
416 no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, juntamente com a Bienal de Arquitetura. O IAB já
417 está formatando a proposta que será apresentada para o COSU – Conselho Superior do IAB – em
418 São Paulo no final de julho. A Secretaria de Cultura já expressou seu apoio ao Congresso, e o
419 vice-presidente solicitou também o apoio do CAU/DF. As cartas de apoio posteriormente serão
420 enviadas ao COSU. A diretora Daniela Borges esclareceu que existe uma verba para apoio a
421 entidades e palestras voltadas para arquitetura dentro do planejamento estratégico do CAU/DF.
422 Será realizada a reformulação orçamentária, então o IAB poderá solicitar apoio da autarquia para
423 a realização do evento. A diretora explicou também que apenas uma instância do Conselho de
424 Arquitetura e Urbanismo pode apoiar a causa; se o CAU/BR apoiá-la, o CAU/DF não poderá
425 fazer o mesmo. Pelo fato de o CAU/BR ter maior verba do que o CAU/DF, talvez seja mais
426 interessante o IAB pedir o apoio do CAU/BR. O conselheiro Daniel Mendes lembrou que no
427 dia 02 de julho foi o último dia de reunião plenária concedida na Câmara Legislativa pelo
428 contrato anterior, e que é necessário pedir a prorrogação do contrato. O conselheiro também
429 solicitou que o Relatório de Vistoria Predial seja incluído como assunto na pauta da próxima
430 reunião plenária. A diretora Daniela Borges informou que encaminhou aos conselheiros a minuta
431 do projeto de lei que fala sobre o Laudo de Vistoria Predial, enviada pela Secretaria de Ordem
432 Urbana e Defesa do Distrito Federal. Os conselheiros devem manifestar-se para que o
433 encaminhamento seja enviado para que o deputado responsável refaça a minuta. O conselheiro
434 Daniel Mendes solicitou que seja estabelecido um prazo para manifestação dos conselheiros. A
435 diretora Daniela Borges sugeriu que o conselheiro Igor Campos dê andamento ao assunto através
436 da Comissão de Ensino, para que o tema seja discutido detalhadamente. O conselheiro Igor
437 Campos demonstrou sua preocupação com relação à informação anunciada pela conselheira
438 Eliete de Pinho sobre a contratação de professores doutores. O conselheiro Igor Campos afirmou
439 que a profissão poderá “falar” e “entrar em decadência” sempre que for exigido exclusivamente
440 mestrado ou doutorado para ocupação de vagas para professores, especialmente de projetos. O
441 conselheiro afirmou que o CAU/DF deve se posicionar junto ao Ministério da Educação a fim de
442 esclarecer as singularidades da profissão. Existe um descompasso, e a atividade dos arquitetos é



46ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/DF

BRASÍLIA - DF, 02 DE JULHO DE 2015

443 baseada no projeto e formação dos profissionais, além de outros conhecimentos práticos que
444 também devem ser considerados. Não deve ser levado em consideração apenas o conhecimento
445 teórico, mas também a prática profissional. A conselheira Eliete de Pinho esclareceu que o edital
446 é para contratação de professores para o mestrado, e que o Ministério da Educação exige que o
447 professor tenha doutorado e produção acadêmica nesses casos. A diretora Daniela Borges
448 ressaltou a importância de divulgar a Resolução nº 51, que enuncia as atribuições específicas dos
449 arquitetos. Algumas matérias de projeto só podem ser ministradas por arquitetos, mas, em
450 algumas instituições de ensino, outros profissionais costumam ministrá-las. O presidente Tony
451 Malheiros sugeriu a criação de um acervo histórico e estatístico para o CAU/DF, registrando a
452 sua criação e dados relevantes. O presidente também informou que o CAU/DF já recebeu
453 propostas de doações de bibliotecas particulares, e que os conselheiros podem sugerir locais para
454 alocar a biblioteca. – **ENCERRAMENTO** - O Presidente Tony Malheiros agradeceu a presença
455 de todos. Após considerações finais e nada havendo mais a tratar, às 21h50min, declarou
456 encerrada a sessão plenária, da qual se lavrou a presente Ata.
457

Brasília (DF), 02 de julho de 2015.

Arq. Ricardo Reis Meira

Conselheiro Titular

Arq. Tony Marcos Malheiros

Presidente

Arq. Osvaldo Remígio Pontalti Filho

Conselheiro Titular

Arq. Carlos Madson Reis

Conselheiro Titular

Arq. Daniel Gonçalves Mendes

Conselheiro Titular

Arq. Igor Soares Campos

Conselheiro Titular



CAU/DF

Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Distrito Federal

46ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/DF

BRASÍLIA - DF, 02 DE JULHO DE 2015

Arq. Durval Moniz B. de A. Júnior

Conselheiro em titularidade

Arq. Clécio Nonato Rezene

Conselheiro em titularidade

Arq. Eliete de Pinho Araújo

Conselheira em titularidade